

CUSTOS E RISCOS DA MAXIDESVALORIZAÇÃO

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Folha de S. Paulo, 22.01.1983

A maxidesvalorização do cruzeiro de 30%, decretada de afogadilho no último dia 18 de fevereiro, é mais um sintoma de que, diante da crise, o país é uma nau sem rumo. O piloto imagina ter o comando do navio, às vezes dá guinadas violentas no leme, mas na verdade o barco navega ao sabor dos ventos e das ondas.

É indiscutível que existem argumentos favoráveis e uma maxidesvalorização. Os subsídios às exportações podem ser eliminadas, as exportações são estimuladas, a pressão sobre a taxa de juros proveniente dos 12% da desvalorização programada desaparece, as importações são dificultadas. Há uma mudança nos preços relativos a favor dos bens exportáveis que vem (ou viria) atender ao grave problema de desequilíbrio externo em que se encontra a economia brasileira. “Viria” porque não é certo que a maxidesvalorização venha a estimular decisivamente a exportação de manufaturados. Para muitos produtos o problema fundamental está no financiamento e em um eficiente sistema de comercialização.

Por outro lado, os custos e riscos desta medida são muito altos para o país.

O principal custo está sem dúvida nas pressões inflacionárias, que crescerão de forma brutal. Só um grande aprofundamento da atual recessão somado a um rígido controle de preços e a um novo arrocho salarial poderão evitar que a inflação se eleve fortemente, superando atual e já elevadíssimo patamar de 100%.

O arrocho salarial, através do “expurgo” do INPC dos efeitos inflacionários da maxidesvalorização é um escândalo. O INPC rebaixado arbitrariamente passará a ser um índice manipulado em prejuízo dos trabalhadores.

Por outro lado, caso se opte por um aprofundamento da recessão, a inflação talvez aumente menos, mas os custos em termos de progressiva desindustrialização da economia, de desemprego e de falências, serão ainda maiores do que o aumento da taxa de inflação. O ideal seria controlar o novo surto inflacionário com rigorosos controles administrativos de preços via CIP. Mas o CIP foi desmoralizado e não tem condições a curto prazo para montar um efetivo controle de preços.

Um terceiro custo está na progressiva perda de credibilidade do Governo na área financeira. É verdade que esta falta de credibilidade já era anteriormente elevada. Mas esse segundo rompimento da regra das minidesvalorizações, causa graves prejuízos para os devedores, reduz ainda mais essa credibilidade e estimula a especulação, tornando cada vez mais difícil para o Governo administrar financeiramente o país.

O quarto custo está na pressão baixista sobre os preços dos produtos exportados, principalmente dos produtos primários. É claro que isto pode ser evitado com o imposto sobre exportação, mas já vimos em 1979 que as condições políticas para a manutenção desse tipo de imposto são mínimas.

Mas além desses custos, há dois riscos nesta maxidesvalorização. Da mesma forma que ocorreu com a maxidesvalorização de 7 de dezembro de 1979, o Governo pode, em seguida, ser tentado a reduzir artificialmente a correção cambial e a correção monetária.

O segundo risco, que foi salientado por Eduardo Suplicy nesta Folha, é o de uma maior desnacionalização da economia, na medida em que se torna muito mais barato para as empresas multinacionais comprar ativos brasileiros.

Em síntese, esses custos e riscos são certamente maiores do que as vantagens de uma maxidesvalorização. Se o Governo estivesse em uma posição politicamente forte, dotado de legitimidade e confiabilidade, ainda seria possível esperar que, através de controle administrativos rigorosos, de uma correta administração do imposto de exportação, e da manutenção da correção cambial, os resultados dessa maxi não fossem desastrosos como os da última. O Governo, entretanto, não está nessas condições. Por isso, conforme observou Severo Gomes também nesta Folha, o Brasil está dando um passo no escuro.(22/02)